

Emigração portuguesa para o Brasil nos fins do século XIX

José Alberto dos Santos Marques*

Resumo

A declaração de independência do Brasil, em 1822, não constituiu uma ruptura com Portugal. A presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro 1807-1821 determinou que muitos portugueses se estabelecessem lá. Este processo de instalação gradual das famílias criou algum tipo de fascínio pela terra brasileira. Assim, ao longo do século XIX, os embarques para aquela terra quase sempre foram em busca de fortuna. Em nosso trabalho vamos seguir, por meio da análise dos passaportes emitidos pelo Governo Civil de Lisboa, das listas de passageiros e da correspondência desse movimento do Brasil. De lá, ele vai decorrer uma análise social, econômica, política, cultural e, também, das duas comunidades.

Palavras-chave: Brasil; Emigração; Portugal; Século XIX.

Entre as várias razões que motivaram este artigo, está a convicção da importância de divulgar o Fundo do Governo Civil de Lisboa, cuja documentação contém grande diversidade informativa. Com efeito, apesar dos inúmeros estudos sobre a importância das relações estratégicas entre Portugal e Brasil, ao longo dos séculos, parece-nos ser de máximo interesse o aprofundamento da vertente de conhecimento que esta documentação encerra. Ela traz a movimentação de pessoas e bens, revela o impacto desse movimento, nomeadamente no que se refere à atracção pela instalação no Brasil, que marcaria o século XIX.

Porém, não deixamos de fazer uma breve contextualização histórica para melhor enquadramento da temática, considerando que o ponto central da mesma tem como base a série de Requerimentos de Passaportes do Fundo do Governo Civil de Lisboa, e ainda como complemento informação obtida no Fundo do Ministério do Reino.

A partir do início da colonização da Ilha da Madeira (cerca de 1425), o fenómeno emigratório foi, até aos inícios do século XXI, uma das constantes da história

* Doutor em Gestão de Arquivos pela Universidad da Extremadura – Espanha. Investigador do Centro de Documentación de Estudios de Lectura y Escritura da Universidad de Extremadura. Arquivo Nacional Torre do Tombo.

de Portugal. Mas especificamente diremos que a emigração constituiu uma condição da vida dos povos do Ocidente da Europa, desde a época dos descobrimentos portugueses e espanhóis, os quais vieram possibilitar a extensão dos impérios territoriais e de áreas de influência cultural, permitindo uma redistribuição de populações e oferecendo soluções para problemas nacionais e pessoais.

Os que emigram são os que não encontram suficientes condições de vida na comunidade originária (HERCULANO, 1973). Na sua maioria, as razões desse mal estar eram de natureza económica, mas também por motivos políticos e religiosos.

A emigração também podia ser motivada por rápidas transformações sociais, que acabavam por determinar o já citado mal estar em certas classes sociais. Contudo, de todas as transformações, as que causaram mais deslocamentos populacionais foram aquelas em que se realizou a transição de um sistema económico para outro.

Um dos muitos motivos que levou grande número de portugueses a emigrar para o Brasil foi o mau estado da economia que se verificava naquele país devido à instabilidade política, corrupção administrativa, crise do regime monárquico, maus anos agrícolas e, por arrastamento, as causas sociais consequentes do Bloqueio Continental, das Invasões Francesas, da abertura dos Portos brasileiros às nações amigas e da Revolução Liberal.

O regime oriundo da Revolução Liberal não conseguiu dar resposta (melhoria das condições de vida) às franjas mais deserdadas da população e o reinado de D. Miguel ainda agravou mais as clivagens existentes na sociedade portuguesa, obrigando ao êxodo de milhares de liberais, provocando carência de mão-de-obra e aumento de desemprego, crescendo a mendicidade, conduzindo muitas famílias de forma forçada ou voluntária a emigrar.

A segunda vaga do liberalismo luso no século XIX também não resolveu, no imediato, o grave problema de dar melhores condições de vida a todos os portugueses, e o Brasil passou a ser um país seguro para muitas famílias que desejavam construir um futuro mais promissor. A sua independência não cortou os laços com a antiga metrópole e, atendendo ao facto do imperador ser de sangue português, foi para muitos o garante da subsistência económica, que em Portugal não era possível alcançar. E, a partir de 1826, muitos portugueses do continente e das ilhas adjacentes foram tentar mudar o rumo das suas vidas em terras brasileiras.

Mesmo quando da abdicação do imperador D. Pedro I (1831) e do seu regresso ao Reino, a corrente migratória não parou e Portugal foi assistindo à partida de milhares de homens e mulheres que, cansados de sofrer, tinham a esperança de um futuro melhor.

Nesse âmbito, o século XIX alterou demográfica e socialmente os quadros tradicionais de Portugal e suscitou na esfera psicológica a vivência de novas necessidades, particularmente no atinente à promoção social e económica, a imigração europeia do século XIX representa para o Brasil um tipo original de corrente povoadora (PRADO JÚNIOR, 1957). A partir de meados desse século, a política imigratória brasileira vai subordinar-se à necessidade de mão-de-obra agrícola destinada a substituir o trabalho escravo, condenado a extinguir-se definitivamente dentro de poucos decénios, ou seja, o colono europeu foi solicitado a substituir o escravo nas rudes fainas agrícolas, em condições reais de prestação de serviços, que não se afastavam muito das existentes anteriormente e que, muitas vezes, quase restabeleciam a escravidão. O preço do transporte desses emigrantes era adiantado pelo proprietário da fazenda e descontado posteriormente nos ordenados do colono.

O destino brasileiro se tornou, na mobilidade transatlântica dos portugueses do século XIX, uma tendência crescente, logo após a independência. E quais os ritmos dessa emigração?

Durante muito tempo, centrado essencialmente no Norte Litoral com vários milhares de emigrantes a saírem anualmente, o volume da emigração subiu gradualmente para as várias dezenas de milhar, para quase chegar ao patamar da centena de milhar por ano, nos inícios da segunda década do século XX.

Para essa transformação quantitativa não bastavam já as práticas de reprodução familiar típicas do campesinato do Noroeste, o qual via no Brasil uma boa colocação para a mão-de-obra daqueles que desde tenra idade iam aprender um ofício (arte) para mais tarde emigrarem, por excederem as necessidades na unidade agrícola ou para os comerciantes que enviavam os filhos com a profissão de caixeiros ao cuidado de correspondentes. Desde os primeiros tempos da independência, particularmente depois de 1830, quando das primeiras ameaças ao tráfico negreiro, que o Brasil procurava europeizar a sua mão-de-obra a partir de iniciativas particulares numa primeira fase e do Estado depois dos anos 50, promovia uma atracção de emigrantes europeus sob a figura contratual de locação de serviços.

Desenvolve-se, assim, uma corrente migratória de novo tipo, destinada à agricultura das grandes plantações e às grandes obras públicas, que se desenvolveria paralelamente ao fluxo tradicional virado para o comércio e ofícios.

A política de “engajamento” de colonos, desenvolvida tanto por particulares como por agências criadas para o efeito, sob os auspícios do governo brasileiro, procurava atrair essencialmente jovens rurais ou casais com encargos familiares, de origem europeia, que se fixassem no interior e não cedessem à tentação de abandonar as situações contratuais e fugir para as cidades. Se a principal direcção de recrutamento desse tipo de emigrantes se centrou, numa primeira fase, nos Açores, para onde desde cedo se dirigiam veleiros em reciclagem do tráfico negreiro, também depressa chegou ao Norte de Portugal, bem como a outros países europeus. As condições subjacentes a esses contratos, nomeadamente os adiantamentos de dinheiro ainda antes da partida, que criavam dívidas com o objectivo de prender definitivamente os colonos ao fazendeiro, levantaram grandes clamores nos países de emigração (nomeadamente a Alemanha, Itália e também Portugal), pelo que serão substituídas, a partir dos anos 70 do século XIX, por políticas mais abertas e flexíveis de atracção de mão-de-obra emigrante, por meio de viagens pagas e de estímulos à fixação como encargos do governo brasileiro. Esse contexto favoreceu a grande vaga de emigração massiva que se desenrolou entre 1880-1914, essencialmente com origem nos países mediterrânicos, sendo mobilizador das camadas rurais mais empobrecidas. É por esta altura que a emigração portuguesa, incapaz de fornecer a mão-de-obra camponesa suficiente para a economia do café, se sente ameaçada no seu relativo controlo do mercado de trabalho brasileiro, com o predomínio de outras nacionalidades (particularmente a italiana).

Durante o século XIX, verificar-se-iam em paralelo, dois destinos da nossa emigração para o Brasil, social e economicamente distintos. Um deles de forte enraizamento tradicional, ligado ao ascendente conotado com a língua, com laços de família e de vizinhança e ao facto de os portugueses dominarem, na realidade, certos sectores do mercado de trabalho, como era o caso tanto do grande comércio de origem colonial como do pequeno comércio de retalho, e o facto de manterem ainda posições importantes na construção civil, na organização bancária e seguradora, e nos transportes. Essa situação q levou à fixação urbana dos portugueses que para ali se dirigiam e/ou eram atraído por compatriotas que lhes ofereciam trabalho e neles recrutavam os futuros sócios ou continuadores dos seus investimentos, como forma de

garantirem as verbas convenientes por altura da retirada dos negócios, seleccionando muitas vezes os futuros maridos das suas filhas.

Diversos eram os destinos dos trabalhadores angariados para os trabalhos das fazendas rurais, que evoluíam num mercado de trabalho desqualificado, numa relação salarial de baixo nível, conotado durante séculos com a tradição do trabalho escravo, que agora substituíam enfeudados longamente à fazenda para que tinham sido contratados.

É certo que muitos acabavam por desembarcar nas cidades, quando não fugiam aos contratos logo na altura do desembarque, mas isso acontecia numa situação de desprotecção, quando não de marginalidade, de caso policial, e o destino profissional, sem o apoio da tradicional “arrumação” dos instalados, raramente poderia passar dos níveis inferiores da escala social.

Apesar do fenómeno emigratório ser normal na história dos países americanos, só muito tardiamente foi reconhecida a problemática da emigração.

Há uma grande carência de estudos sobre a emigração portuguesa para o Brasil (nesse período) e essa lacuna deve-se sobretudo à falta das fontes, ou seja, à falta de dados.

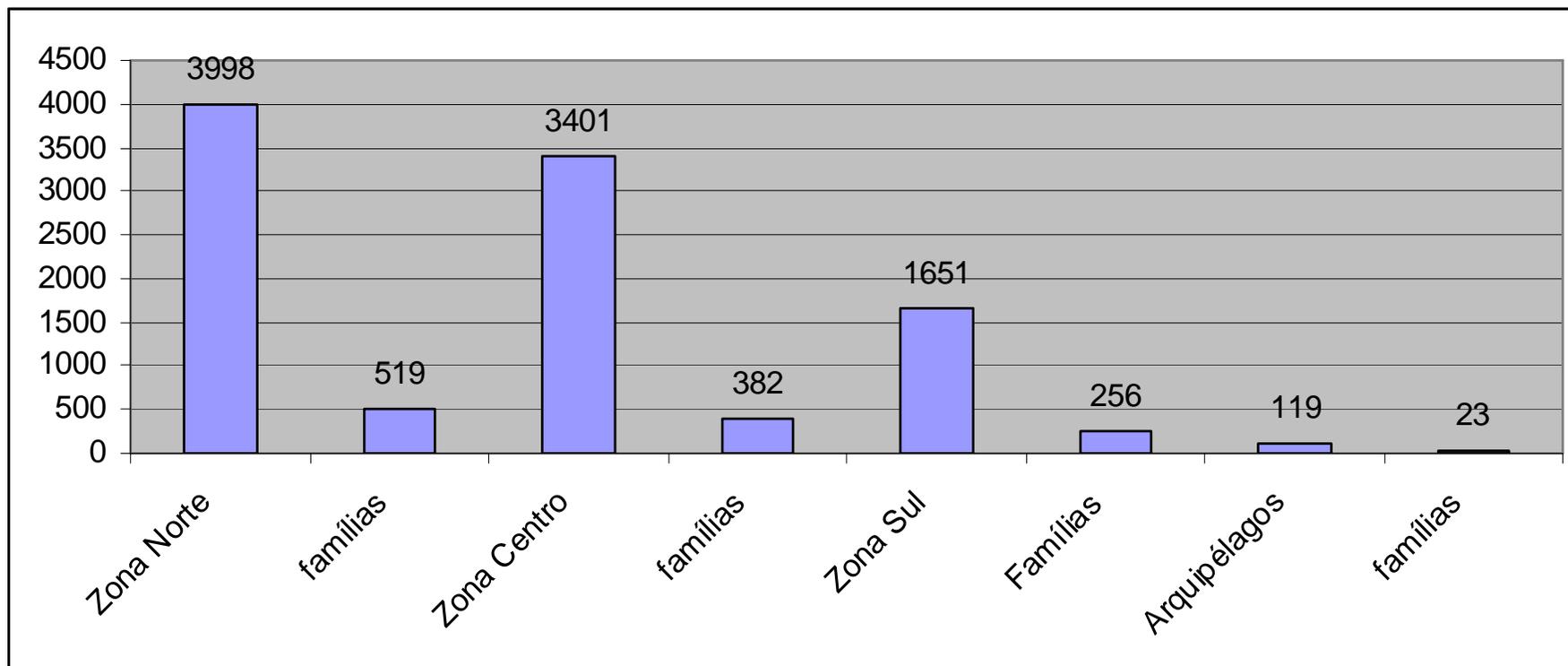
Outra das razões, e talvez mais pertinente do que a anterior, é o facto de os portugueses (a maioria) não utilizarem os recursos normais de inserção na sociedade receptora, utilizados por outras comunidades de emigrantes estrangeiros. Talvez o facto de falarem a mesma língua do país de acolhimento lhes permitisse uma certa autonomia e, ao mesmo tempo, vantagem em relação ao restante dos emigrantes.

Outro factor a considerar será a rede de solidariedade e de amizade que funcionava entre eles. Atendendo a que os conterrâneos já se encontravam integrados na nova terra, podiam disponibilizar auxílio aos compatriotas que procuravam as primeiras acomodações e a primeira oportunidade de trabalho. Dessa forma, um grande número de portugueses recém-chegados não passava pelos canais normais de recepção e de encaminhamento, destinados aos emigrantes estrangeiros, o que dificulta a vida dos investigadores.

O âmbito cronológico da documentação consultada para o nosso trabalho, abrange o período de 1886 a 1900 para os requerimentos de passaportes. Quanto às listagens de embarques, fizemos o levantamento do ano de 1886 e de 1895 para aqueles que regressavam (torna-viagem). Consultámos 9169 requerimentos de pedidos de passaporte e os valores que obtivemos com a nossa pesquisa foram de 10349 pessoas

(9169 pedidos, aos quais somámos 1180 famílias, que constam nas observações dos ditos pedidos), verificando-se uma larga vantagem da zona norte, nomeadamente: Águeda, Alijó, Arouca, Barcelos, Braga, Celorico da Beira, Chaves, Fafe, Monção, Oliveira de Azeméis, Paços de Ferreira, Póvoa de Varzim, Sever do Vouga, Viana do Castelo e Vila Real; na zona centro: Arganil, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã, Figueira da Foz, Guarda, Mangualde, Sabugal, Seia, Sertã, Tábua, Tomar e Viseu; na zona sul: Beja, Ericeira, Estremoz, Faro, Lisboa, Nazaré, Olhão, Portalegre, Portimão, Serpa, Setúbal, Sintra, Torres Vedras e Vila Real de Santo António. Como demonstramos no quadro n.º 1, a diferença mais acentuada verifica-se entre as zonas norte e sul.

Quadro 1 – Zonas de emigração para o Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor.

Temos consciência de que esses números não correspondem à realidade, a documentação consultada tem como única fonte os requerimentos de passaportes do Governo Civil de Lisboa. Porém, a maioria dos emigrantes do norte de Portugal embarcava no porto de Leixões e alguns (poucos) de Faro, os outros naturais dos arquipélagos dos Açores e da Madeira nas respectivas Ilhas e, por fim, muitos dos emigrantes clandestinos embarcavam na Galiza.

Também não podemos esquecer que, para obter o passaporte em Lisboa, eram necessários alguns requisitos, entre os quais ter residência fixa nessa cidade e que fizessem declarações abonatórias sobre os requerentes (testemunhas). Muitos dos que pretendiam emigrar recorriam a Agências que, mediante pagamento, tratavam de toda a documentação necessária para o embarque. Porém, era preciso ter dinheiro para fazê-lo.

Acresce ainda que algumas Agências de engajamento (recrutamento de emigrantes), ao terem conhecimento de pessoas que queriam emigrar, mas que não tinham possibilidades económicas para o fazer, emprestavam-lhes dinheiro para obterem a documentação necessária, a passagem de barco e prometiam bons salários no Brasil. Porém, quando chegavam aos locais de trabalho, eram obrigados a trabalhar em condições pouco dignificantes para o ser humano.

Os anos de maior afluxo emigratório foram os anos de 1894, 1895 e 1896, sendo o ano de 1895 o qual se verificou a maior taxa emigratória.

Certamente que existiram motivos para essas oscilações. Numa primeira fase, após a extinção do tráfico negreiro, houve um aumento da procura de fontes alternativas de mão obra, a fim de substituir os escravos. O aumento da emigração veio desequilibrar a balança económica, porque as condições de trabalho alteraram-se e, por arrastamento, também os salários, os quais eram insuficientes para a subsistência de uma família, como se constata numa carta de um emigrante enviada à família, dando a entender que a possibilidade de fazer algumas economias para enviar aos que ficaram em Portugal é muito reduzida.

[...] da forma que está o câmbio não se pode aguentar nada, [...] aqui se ganha, aqui se come. Para se mandar, não se pode, só quando isto melhorar, mas não vejo jeitos tão cedo, aqui se poderá juntar para mandar não chega, aqui está chegando continuamente gente do Algarve em todos os vapores de Gibraltar que aqui nunca vieram e se governam. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, [ant. a] 1891).¹

¹ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 21, [ant. a] 16/11/1891.

Uma das razões para o aumento da emigração foi o governo do Estado do Rio de Janeiro autorizar a contratação de grandes quantidades de trabalhadores livres no exterior para substituírem o trabalho que era feito pelos escravos. A imprensa, sempre atenta, anunciava tais medidas.

Diz a Gazeta de Petropolis, de 8 do corrente, **que o governo do Estado do Rio sancionou a lei que autorisa a contratar com quem maiores vantagens e melhores de boa execução dos contratos offerecer, a introdução, no mais breve praso de tempo, de CEM MIL IMIGRANTES de procedencia europêa e dos archipelagos dos Açores, Canarias, Madeira e Cabo Verde.**

Para isso foi aberto um credito de VINTE MIL CONTOS de reis e aquelle governo poderá fazer as operações de credito que forem necessarias.

E dizem que no Estado do Rio não há dinheiro!

E fallavam da administração do Sr. Dr. Francisco Portella!

Quanto ganhará o FELIZARDO que obtiver tal contracto?

Oh ! tempora...

Cem mil imigrantes... vinte mil contos.

Passa fóra! (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1896 – destaques no original).²

Por meio das cartas enviadas aos familiares, os emigrantes também comentavam as transformações que ocorriam:

Pois vou dar-te a saber que é agora ocasião de tu vires e tua filha Glória (a nossa filha Glória) para junto daquele que há tanto tempo vos deseja cá. Eu nunca tive dinheiro para vos mandar vir, mas agora [é] o governo que garante as passagens, podeis vir. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1890).³

Eu tenho estado em São Paulo e voltei ao Rio de Janeiro por tua causa, porque todos os dias te esperava. Mas volto para lá e talvez tenciono estabelecer-me toma[n]do um pouco de terreno, pois se estabeleceu muito pessoal, porque é dado pelo governo pagando uma pequena quantia, uma espécie de favor. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1892).⁴

Com a política da emigração subsidiada, muitos dos emigrantes escreviam às famílias para tentarem obter viagens gratuitas junto das Agências.

[...] saber se há emigração para o Rio de Janeiro, diriga-se à Rua das Capelistas, Agência de vapores e pergunte se há ou não ou então na Rua da Prata, nº. 8 se na Mala Real Inglesa lhe der passagem grátis, trate lá. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1894).⁵

² ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Correio da Tarde**, Petropolis, 10 Fevereiro de 1896.

³ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 20, 19/12/1890.

⁴ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 25, 23/8/1892.

⁵ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 36, 6/11/1894.

A partir de 1890 os jacobinos iniciaram uma campanha anti-lusitana para os seus partidários, a qual os portugueses eram considerados enganadores, ambiciosos, gananciosos, vilões, espertalhões e nauseabundos (GRANDE ENCICLOPÉDIA, 1996a, p. 124).⁶ Os jacobinos associavam o português ao atraso, originário dos tempos coloniais e da época da monarquia, “Criticavam igualmente as formas de colonização adoptadas por Portugal, país considerado o mais retrógrado da Europa progressista.” (RIBEIRO, 2000, p. 69).

A atitude pouca amistosa contra a presença do emigrante português repercutia-se na área económica, porque a maioria da mão de obra qualificada era portuguesa, assim como eram as principais fábricas da indústria têxtil e igualmente 56% dos proprietários dos cortiços, no centro da cidade do Rio de Janeiro. No jornal O Jacobino em outubro de 1894, escrevia-se: “[...] os portugueses, em geral, não tinham carácter.” (RIBEIRO, 2000, p. 76).

Além do exposto, o Brasil atravessou uma crise económica no ano de 1891, devido ao descalabro financeiro da República e, também, pela queda do preço do café, a principal exportação. O poder de compra das classes populares diminuiu devido à crise do café e às revoltas armadas que ocorreram entre 1891 e fins de março de 1894. Os portugueses, ao escreverem para os familiares, culpavam unicamente a revolta e não davam conta de outras razões:

[...] cada libra custa 28\$000 rs, vê lá tu quanto é preciso dar aqui para a despesa que ela tem de fazer, mas há todas as esperanças agora, para o mês de Setembro baixar o câmbio, porque o que tem feito isto é a revolta. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1894).⁷

A crise brasileira teve graves repercussões em Portugal, em particular na diminuição de exportações de produtos agrícolas e as oscilações cambiais, pois não podemos esquecer que as remessas enviadas pelos portugueses, emigrados no Brasil, ajudavam (nos períodos de estabilidade cambial) a equilibrar as contas públicas. Por seu lado, Portugal também mergulhou numa grande crise financeira e bancária, tendo muita dificuldade em honrar os compromissos assumidos externamente.

⁶ GRANDE ENCICLOPÉDIA Portuguesa e Brasileira. Vol. 20. Lisboa; Rio de Janeiro: Enciclopédia, Limitada, 1996.

⁷ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 39, 9/8/1894.

Quanto ao regresso dos emigrantes (torna-viagem), nas listagens de passageiros do ano de 1886, encontrámos 81 pessoas a regressarem e no ano de 1895 o número quase duplicou, ou seja, os regressos totalizaram 157 pessoas.

Relativamente às razões que levavam alguns dos emigrantes a regressar, a mais evidente seria que, pelo acumular das suas economias, regressassem à sua terra natal e abrissem o seu negócio, mandassem construir uma casa com alguma ostentação, vestissem com exuberância e desempenhassem papel revelante na sociedade, nomeadamente como benfeitores de instituições de caridade, contribuindo frequentemente para as obras de recuperação da igreja das suas terras.

Outros houve que, ao regressarem, constituíram-se em elementos dinamizadores da economia local, Fafe, Lisboa e Porto, conseguindo desenvolver relações comerciais com o Brasil, alcançando grande relevo no comércio português nas últimas cinco décadas do século XIX.

Contudo, aqueles que emigravam e pelo seu esforço e trabalho conseguiam obter situação privilegiada no âmbito financeiro, mesmo longe, não esqueciam a sua terra e sempre que solicitados contribuía para ajudar os mais desfavorecidos, como podemos constatar em:

Carta de Luís dos Santos Bártolo, da vila Duarte “Secarias”, contendo um cheque de dois mil e quatrocentos escudos, que seus cunhados, José e António Duarte Martins, da mesma vila e industriais no Brasil, mandavam entregar ao Hospital para serem aplicados em actos de beneficência. (SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL, 1886).⁸

Alguns regressavam desiludidos, porque as condições de trabalho eram duras, e não estavam preparados para tão grande desafio (nomeadamente a diferença de clima, o trabalho árduo e as saudades familiares); outros regressavam porque não conseguiam integrar-se em pleno na sociedade brasileira, a qual, em certos momentos, hostilizou os portugueses.

Numa das cartas apensa ao requerimento de passaporte de uma mulher, que solicitava o mesmo para ir ao encontro do seu marido, a opinião do emigrante é bem elucidativa.

Agora eu não lhe digo isto para lhe tirar de vir pelo contrário, teria grande satisfação em o ver no Brasil, mas só lhe digo que se me visse aí ao pé da minha mulher e filhinha, com o emprego que tinha e com o dinheiro que tinha quando comecei a tratar dos papéis, não era o filho do meu pai que

⁸ SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL. *Actas da Mesa*, lv. 10, p. 9v-10, 3/11/1886.

deixava a família para vir para tão longe, mas agora aguentar e cara alegre porque faço tensão de ir aí daqui a 20 anos, agora assim como digo uma coisa digo outra, são muito boas terras para ganhar dinheiro mas é para quem o quiser cá comer, para cambiar para a Europa não vale. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1894).⁹

Apesar da maioria dos emigrantes terem consciência de que as condições climáticas nalgumas zonas do Brasil eram adversas, o maior problema era o tipo de trabalho, que nem sempre correspondia às expectativas criadas quando da partida.

Eu estava a trabalhar na estiva e eu havia de continuar se cá estivesse porque me chegava perfeitamente para nós, mas assim não me serve, porque não tenho quem me cuide da minha roupa e do nosso filho. É preciso à força de dinheiro e da forma que está o câmbio não se pode aguentar nada. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1891).¹⁰

Às vezes havia dificuldades em arranjar trabalho, ou seja, quando do aliciamento, tudo era facilidades, mas após a chegada verificavam o quanto tinham sido enganados e a frustração era grande, como relata abaixo um pai emigrante.

Filha, tenho-me ralado aqui a carne e a paciência desde o dia 7 até ontem sempre à espera de carta ou telegrama para ir fazer o trabalho, e nada. E o tempo sempre a passar e eu a gastar dinheiro que tanto me é preciso para te mandar. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1892).¹¹

Na maioria, os emigrantes portugueses eram pessoas determinadas e tinham como objectivo juntar algumas economias e mais tarde regressarem à terra natal. Não viravam as costas à luta, com grande espírito de sacrifício faziam o seu trabalho, porque a família que deixavam em Portugal estava sempre presente no seu pensamento.

Minha querida, tu sabes que a vida é difícil principalmente onde tu vives, eu se achasse bem já lá estaria, mas tu sabes que eu e tu precisamos fazer um futuro para o nosso filho, tu aí nada fazes e eu aqui neste país tenho feito para sustentar com dignidade a nossa família e outros com piores condições já estão com família aqui e eu sou pobre, mas para ti tenho se quiseres desde que venhas e a prova de tua vida mudará de figura pobre que 500\$00 mil reis estão á tua disposição. Vem, vem, vem o mais possível, preciso de ti para me ajudares a fazermos um futuro para este filho a quem eu estimo do coração, por ter consciência do teu comportamento. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1895).¹²

⁹ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 36, 24/11/1894.

¹⁰ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 21, 16/11/1891.

¹¹ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, ANTT/GCL, Requerimentos de Passaportes, Cx. 24, 22/6/1892.

¹² ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Requerimentos de Passaportes, Cx. 51, 20/7/1895.

Após análise das listas de embarque e dos pedidos de passaporte, no período de 1886 a 1900, do Fundo do Governo Civil de Lisboa, elaborámos o quadro (n.º 2) sobre o estado civil dos emigrantes que obtiveram passaporte e a respectiva zona geográfica, pelo qual é possível verificar a mobilidade emigratória nos distritos de Portugal continental e arquipélagos dos Açores e Madeira.

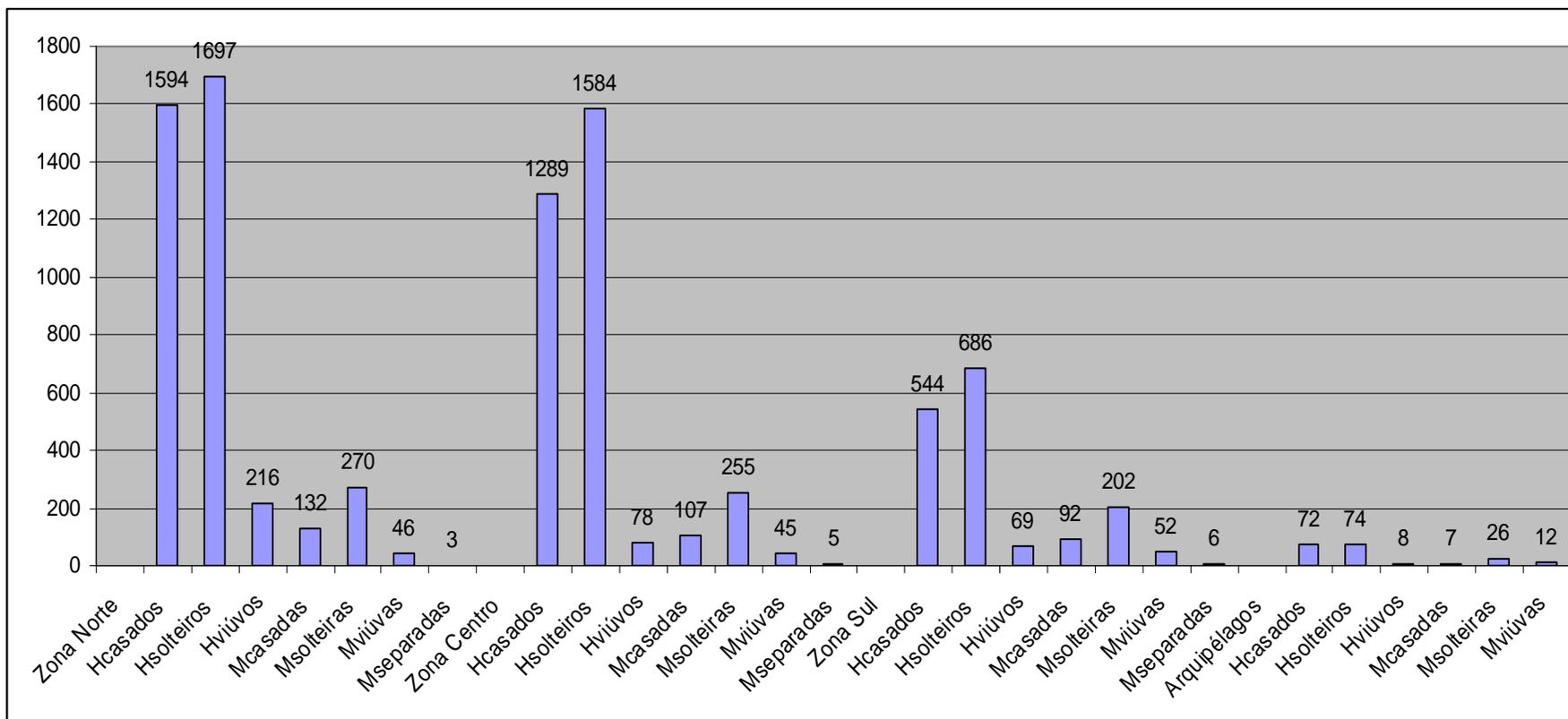
Os valores apresentados correspondem à emigração legal, sabendo, no entanto, que a emigração ilegal foi muito superior. Apesar de várias tentativas das autoridades para dismantelarem as redes clandestinas de emigração, os envolvidos conseguiam ludibriar a vigilância, nomeadamente nas aldeias nortenhas, onde a convivência entre os habitantes e os engajadores era grande. Muitos emigrantes clandestinos, ao chegarem ao Brasil, omitiam a naturalidade, dizendo unicamente que eram portugueses. Outros chegavam ao Brasil pela costa da Galiza, disfarçados de tripulantes ou de criados de bordo.

[...] pelas portas da Galiza a miúdo embarcam emigrantes clandestinos portugueses, para os quais o embarque é certo, desde que passada a nossa fronteira, se vejam livres da perseguição das nossas autoridades, ou por estas não sejam perseguidas até à ocasião do embarque.

Estes factos posso prová-los bem claramente como por exemplo pelo facto de valer a pena aos paquetes vindos do norte tocarem primeiro no Porto, voltando a Vigo e passando depois em claro este porto virem a Lisboa, onde amiudadas vezes a polícia marítima prende emigrantes portugueses, embarcados em Vigo e Vila Garcia. E facto curioso! Ainda há dias foram presos cinco mancebos portugueses que tinham embarcado em Vigo, disfarçando-se em tripulantes e criados espanhóis de bordo. E quantos emigrantes clandestinos espanhóis vêm sempre a bordo, embarcados em portos espanhóis? (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1900).¹³

¹³ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Ministério do Reino**. Cx. 5399, 24/11/1900.

Quadro 2 – Estado Civil por distritos de emigrantes e famílias emigrados para o Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor.

Todos partiam com o objectivo de fazer fortuna, mantendo contudo os laços com a terra natal, quer enviando remessas de dinheiro, quer promovendo a emigração de parentes.

Analisando as partidas por distritos, é possível verificar que a maior apetência de emigração ocorreu na zona litoral de Portugal, ou seja, onde havia mais contactos de âmbito informativo. Porém, não deixa de ser relevante o facto de os distritos de Braga, Vila Real, Viseu e Guarda, zonas do interior, apresentarem números de emigração muito significativos. Quanto à mobilidade, podemos concluir que nos distritos da Zona Sul foi menos acentuada em relação à Zona Norte e Centro, ou seja, a maioria do português emigrante nesse período era da Zona Norte do rio Tejo.

Relativamente ao estado civil, verificou-se que o grupo de homens solteiros superou o grupo dos homens casados, ou seja, homens solteiros emigrantes, 4041; homens casados, 3499 e homens viúvos, 371.

No distrito de Évora não obtivemos nenhuma informação sobre o embarque de algum homem viúvo para o Brasil, no período cronológico abrangido pelo nosso trabalho. Assim como no arquipélago da Madeira, também não encontramos referência ao embarque de famílias para o Brasil dentro do período cronológico abrangido.

Relativamente à faixa etária e analisando o quadro n.º 3, podemos concluir que foi no escalão etário dos 20 aos 29 anos que se verificou maior motivação para emigrar e dentro do grupo de homens solteiros, sendo o distrito de Coimbra onde se verificou essa maior apetência emigratória, secundada pelos distritos de Lisboa, Aveiro, Viseu e Porto.

De acordo com Rowland:

À medida que a comunidade portuguesa no Rio de Janeiro se diversificava, começaram a afluir trabalhadores portugueses não qualificados, vindos de zonas do Norte interior, que era acusados de sujeitarem-se a condições de trabalho que muitos brasileiros consideravam inaceitáveis. (ROWLAND, 2000, p. 15).

Quadro 3 – Escalões etários por distrito dos emigrantes para o Brasil entre 1886-1900

DISTRITOS	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 99
AVEIRO	110	399	285	168	77
BEJA	1	27	37	9	2
BRAGA	82	225	130	105	63
BRAGANÇA	25	81	103	47	21
C. BRANCO	27	61	61	22	6
COIMBRA	80	483	359	177	75
ÉVORA	1	6	7	9	1
FARO	1	22	40	27	11
GUARDA	29	162	127	68	28
LEIRIA	22	132	153	61	23
LISBOA	174	421	326	198	105
PORTALEGRE		17	15	5	1
PORTO	104	325	241	169	95
SANTARÉM	6	69	64	47	11
SETÚBAL	5	38	36	12	10
V. CASTELO	43	168	115	85	38
VILA REAL	42	216	163	116	47
UISEU	99	370	399	208	89
ARQ. AÇORES	15	29	34	46	43
ARQ. MADEIRA	1	8	11	4	8
TOTAIS	867	3259	2706	1583	754

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nos distritos do Porto, Vila Real e Viseu os escalões etários dos 20 aos 29 e dos 30 aos 39 anos estão muito equilibrados, assim como aqueles que partiam para combater o insucesso geracional; no binómio homem casado/homem solteiro também está equilibrado nos ditos distritos.

No distrito de Lisboa, os homens solteiros são em número superior aos homens casados e os viúvos, em termos comparativos, são poucos.

No campo feminino, o grupo das mulheres solteiras superou o grupo das mulheres casadas no dobro, contabilizando mulheres solteiras, 753, mulheres casadas, 338 e 155 mulheres viúvas. Quanto às mulheres separadas judicialmente, encontramos 14 distribuídas da seguinte forma: no distrito de Lisboa, 6 mulheres; no distrito do

Porto, 2 mulheres; no distrito de Santarém e de Vila Real, 1 mulher em cada e no distrito de Viseu, 4 mulheres.

O facto da emigração feminina ser muito menor em relação à masculina ia ao encontro dos interesses dos governantes, ou seja, devido à separação familiar e às vicissitudes da viagem ser longa, as famílias ficavam e os emigrantes não esqueciam de enviar regularmente a remessa de dinheiro à família, as quais tinham um papel muito importante na economia nacional, ajudando a equilibrar as finanças paralelamente com as exportações “[...] a emigração portuguesa para o Brasil fora, ao longo do século XIX, essencialmente uma emigração de jovens solteiros.” (ROWLAND, 2000, p. 16). Pensamos que tal situação fosse devido a maiores facilidades para obterem apoios, nomeadamente, documentação e viagens gratuitas.

Ainda relativamente às mulheres, deve-se dizer que muitas eram as que demandavam terras brasileiras para se reencontrarem com a família, apesar da difícil e longa viagem que tinham de fazer.

Henriqueta te remeto a quantia de 153\$000 rs para a tua passagem e de nossa filha e não esqueças sobretudo o mandares-me dizer quando saís daí e que não esqueça a passagem para Santos. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1890).¹⁴

Outras iam na esperança de recomeçar uma vida nova, levando uma grande vontade de vencer e de encontrar novas oportunidades que lhes possibilitasse uma vida melhor, junto ao marido que, na maioria das vezes, já se encontrava no Brasil, como demonstra a carta abaixo:

Maria [...]. Esta carta é para tu vires a Lisboa casa do sr. José Alves Nunes, à Rua do Vigário nº. 72 e 74, onde eu estive mais nossa mãe e me tratou da passagem e papeis que lá tens dinheiro para vires e minha filha, e o sr. José, te trata das coisas em Lisboa e tu aí mandas tirar a tua certidão de idade e da minha filha e vais ao Cartaxo tirar a folha corrida, o resto é em Lisboa, o sr. José trata do resto e do teu embarque. Tu vende a minha cama, havendo quem a compre por 15 mil réis, que é dinheiro, mas havendo quem dê 12 mil réis também podes vender. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1899).¹⁵

Relativamente aos locais de acolhimento, elaborámos um quadro das principais cidades para as quais se dirigia a maioria dos emigrantes quando da sua chegada ao Brasil:

¹⁴ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 16, 9/11/1890.

¹⁵ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 77, 20/10/1899.

Quadro 4 – Locais de acolhimento dos emigrados para o Brasil entre 1886-1900

DISTRITOS	BAÍA	MANAUS	PARÁ	PERNAMBUCO	R. JANEIRO	SANTOS	S. PAULO	OUTROS
AVEIRO	18	76	120	34	585	70		50
BEJA			15		26	22		13
BRAGA			35		455	52		44
BRAGANÇA			24		183	37		33
C. BRANCO		15	72	15	53			22
COIMBRA		32	107		561	403		101
ÉVORA			5		14			5
FARO					78			23
GUARDA			95		194	54	28	43
LEIRIA			35		182	118		56
LISBOA		65	216	36	758	60	40	79
PORTALEGRE					26			12
PORTO	23			66	656	98		66
SANTARÉM			46		100			51
SETÚBAL			15		65			25
V. CASTELO			56		330	27		69
V. REAL			41		395	110		38
UISEU		80	119	19	746	120	59	55
ARQ. AÇORES	15				107		13	32
ARQ. MADEIRA					25			7
TOTAIS	56	268	1001	170	5539	1171	140	824

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando o quadro n.º 4, verificamos que o local de acolhimento mais procurado foi a cidade do Rio de Janeiro, seguindo-se a cidade de Santos e a cidade do Pará. Certamente que essa escolha não foi por acaso. Além de serem cidades onde havia uma grande comunidade de emigrantes portugueses, eram também os centros económicos mais desenvolvidos do Brasil, ou seja, as ofertas de emprego seriam em maior número.

O Rio de Janeiro concentrou a maioria da colónia portuguesa, seguindo-se a cidade de Santos, “[...] cujo porto marítimo era o centro de toda a vida económica [...]” (GRANDE ENCICLOPÉDIA, 1996c, p. 339-340)¹⁶ devido ao grande movimento de navios de carga que durante todos os meses do ano transportavam café. O Pará também era um local de acolhimento de eleição, por ser uma zona de grande exploração florestal, “[...] nomeadamente a extracção da borracha que era transportada pela via marítima e o seu solo muito produtivo em cacau e algodão.” (GRANDE ENCICLOPÉDIA, 1996a, p. 275-279).¹⁷ Pernambuco era uma zona agrícola por excelência, rica na “[...] produção açucareira, café, algodão e criação de gado.” (GRANDE ENCICLOPÉDIA, 1996b, p. 356-358).¹⁸ São Paulo era a “[...] zona produtora de café por excelência.” (GRANDE ENCICLOPÉDIA, 1996b, p. 356-358).¹⁹

Quanto às profissões, grande diversidade: desde agricultor, comerciante, negociante, marítimo, alfaiate, proprietário, criada, barbeiro, padeiro, ama de leite, costureira, caixeiro, carpinteiro, fogueiro-marítimo, guarda-livros, lavrador, jornaleiros, até pedreiro.

Certamente que as custas da viagem poderiam ter funcionado para alguns como grande entrave para a concretização do sonho de emigrar, porém tornaria essa mesma emigração mais selectiva. Podemos concluir que, além da vontade de mudança que as pessoas tinham em dar novo rumo às suas vidas, essa mesma mudança só foi possível devido ao facto da maioria das pessoas serem impulsionadas por alguns laços sociais, geralmente amparadas por emigrantes que já estavam totalmente inseridos na comunidade brasileira, ou então por parentes que os incentivavam à grande aventura.

¹⁶ GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vol. 27. Lisboa; Rio de Janeiro: Enciclopédia, Limitada, 1996c. 928 p.

¹⁷ GRANDE ENCICLOPÉDIA Portuguesa e Brasileira. Vol. 20. Lisboa; Rio de Janeiro: Enciclopédia, Limitada, 1996a.

¹⁸ GRANDE ENCICLOPÉDIA Portuguesa e Brasileira. Vol. 21. Lisboa; Rio de Janeiro: Enciclopédia, Limitada, 1996b.

¹⁹ GRANDE ENCICLOPÉDIA Portuguesa e Brasileira. Vol. 21. Lisboa; Rio de Janeiro: Enciclopédia, Limitada, 1996b.

Atendendo às várias medidas que levaram à progressiva queda dos padrões de vida dos pequenos proprietários rurais em Portugal, a partir de meados do século XIX, surgiram novos candidatos à emigração por meio do engajamento. Existia uma rede muito bem organizada que conseguia ludibriar as autoridades, como podemos verificar por um auto de declaração.

1896. Novembro. 5, Guarda

AUTO DE DECLARAÇÃO (Cópia de) de João Antunes Louro, casado, 43 anos, proprietário, residente no lugar de Porcas, disse:

Que em maio deste ano, mais ou menos mês, o Domingos Paiva, o encontrou em uma das ruas desta cidade e lhe pediu para em sua companhia irem ao Governo Civil desta cidade para ele declarante abonar a identidade de seu filho Estevão, que pretendia tirar passaporte para embarcar para o Brasil. Que ele declarante para esse fim o acompanhou à secretaria do mesmo Governo Civil, e que lá o fizeram assinar uma declaração em como conhecia o dito Estevão dos Santos Paiva, mas que nem o Estevão ou seu irmão José estavam presentes. Disse mais, que soube ultimamente que o passaporte tirado em nome do mesmo Estevão servia para emigrar para o Brasil o José dos Santos Paiva para se eximir ao serviço militar, que está convencido de que foi o Domingos Paiva quem tratou dos documentos para o filho José emigrar ilegalmente em nome do irmão Estevão. E mais não disse. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1896).²⁰

Continuando a citar Rowland:

A partir de 1877, a política restritiva do governo português visava justamente dificultar a emigração familiar e de massas (a qual, temia-se, poderia elevar os salários dos trabalhadores rurais), sem no entanto impedir a emigração dos filhos de lavradores do Minho. (ROWLAND, 2000, p. 16).

Era frequente os que já se encontravam instalados no Brasil serem questionados por amigos que também pretendiam emigrar.

Quanto ao que me dizes relativamente ao teu futuro aqui, só tenho a dizer-te que com trabalho, força de vontade e economia consegue-se alguma coisa, mais do que na nossa pátria, porém, sem isso nada se faz. Não se fica rico em pouco tempo. Quando se tem saúde e persistência junta-se alguma coisa. Podes estar certo que farei por ti e todos os teus o que me cumpre fazer, auxiliar-te em tudo' (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1895).²¹

Os que já se encontravam no Brasil, não deixavam de fazer recomendações aos seus familiares e amigos, para não serem surpreendidos por alguns imprevistos de viagem.

²⁰ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Ministério do Reino**. Auto de declaração de João Antunes Louro. Mç. 2724. 05/11/1896.

²¹ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 1, 03/02/1895.

Faz um lanche para a viagem. Em casa do sr. José em Lisboa, não esquecendo trazer uns pães torrados, e quando chegar a Pernambuco, dirige-te ao Hotel do costume que lá tens ordens.

Quando chegares a Pernambuco no vapor, não te iludas com os catraeiros, diz que dás 10 mil réis por ti e a Maria Cecília, porque eles pedem um dinheiro monstro, mas quando estão para largar para terra aproveitam tudo e depois para embarcar para Ceará não dês mais do que 2 mil réis, isto tudo em dinheiro do Brasil.

Nada mais por hoje, recomenda-me aos nossos pais e manos, ao sr. Ezequiel, Carlota e filho e o Abreu faz a mesma recomendação desta tua irmã. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1899).²²

Um dado curioso: encontrámos nos pedidos de requerimentos de passaportes, um número muito significativo de marítimos da Ericeira a solicitarem a devida autorização para emigrarem para o Brasil e exercer a sua profissão, trabalhando na cabotagem (comércio marítimo entre portos do mesmo país), o que lhes possibilitava o regresso ao fim de algum tempo. Com o pecúlio amealhado reorganizavam a sua vida, enveredando por outra actividade profissional diferente. Outros fixando-se na terra de acolhimento vendendo bens que possuíam no reino como se pode observar nas escrituras de venda abaixo transcritas:

ESCRITURA de VENDA e QUITAÇÃO, celebrada entre José Urbano de Sousa Carvalho, sua mulher, Mariana Ribeiro Urbano de Carvalho, proprietários, e Francisco da Costa Arruda, marítimo de profissão, actualmente pedreiro, todos moradores nesta vila, de uma morada de casas com quatro vãos térreos, um alto e quintal, nesta vila, na Rua da Ericeira, pela quantia de 120:000 reis. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1890).²³

VENDA e QUITAÇÃO (Escritura de), entre António Lopes Franco, casado, proprietário, morador nesta vila, na qualidade de procurador de Joaquim Pedro Moreira e mulher, Maria dos Anjos Moreira, moradores na cidade de Pelotas, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Império do Brasil, e Joaquim Fortunato Moreira, casado, proprietário, morador no lugar da Carvoeira, de um prédio nesta vila, sito na Travessa de Santo António, com os números de polícia, 6, 7 e 8, o qual é composto de três compartimentos, rés do chão, sobrado, pequeno telheiro e pateo, pela quantia de 310:000 reis. (ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, 1887).²⁴

Podemos dizer, como conclusão, que as grandes cidades serviam como base para a redistribuição dos emigrantes por várias zonas do Brasil. Alguns já saíam de Portugal para local determinado, atendendo ao facto de algum familiar ou amigo ali se encontrar

²² ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 77, 20/10/1899.

²³ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Arquivo Distrital de Lisboa**. Cartório Notarial da Ericeira, Livro de Notas, n. 120, 22/12/1890, p. 8v-9v.

²⁴ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Arquivo Distrital de Lisboa**. Cartório Notarial da Ericeira, Livro de Notas, n. 116,4/10/1887, p. 43-45v.

a trabalhar; ao constatar a necessidade de mais trabalhadores, contactava os familiares ou conhecidos que tinham ficado, a fim de irem procurar a sua sorte.

Quanto ao facto de muitas mulheres solteiras, com filhos recém-nascidos, demandarem para o Brasil, talvez o fizessem na esperança de refazerem a sua vida familiar, pois atendendo à época, era difícil para uma mulher naquela condição ser bem aceita na sociedade local e, às vezes, acontecia ser mesmo repudiada pela família.

A emigração era igualmente importante para os governantes, porque as remessas enviadas pelos emigrantes eram de grande importância para ajudar a equilibrar as contas públicas. Sobre essa questão, Alexandre Herculano escreveu:

[...] que nunca o Brasil foi tão lucrativo para Portugal como quando deixou de ser colónia, e em 1873 calculou os ingressos em 3600 contos anuais; Oliveira Martins avaliou, em 1891, em 12000 contos anuais o valor das transferências. (HERCULANO apud SARAIVA, 1987, p. 482).

Acresce ainda o aumento que significava nas exportações, que permitiam o escoamento de vários produtos agrícolas e não só dinamizavam os transportes marítimos e, por arrastamento, as cidades portuárias. Quanto aos bens em circulação, os mais solicitados estavam relacionados com o sector primário (géneros alimentícios), tais como: alhos, azeite, azeitonas, batatas, cebolas, conservas, feijão, frutas (laranjas e maçãs), legumes, massas, sal, vinagre e vinho. Seguiam-se os materiais de construção, nomeadamente: azulejos, cal em pedra, ferragens, pedra de cantaria e pregos. E ainda, uma grande variedade de produtos, entre os quais: bebidas espirituosas (Cognac, vinho do Porto e vinho da Madeira), bijuteria, calçado, impressos, livros, louças, medicamentos, mobiliário, louças, rolhas e roupa. Quanto às reexportações, as mais solicitadas eram: algodão, bacalhau, cigarros, cevada, cominhos, cravo, óleo de amendoim, passas e pimenta. Os emigrantes saudosos da sua terra, apesar de se encontrarem longe, não deixavam de consumir, sempre que podiam, os produtos portugueses, o que ajudava certamente a mitigar as saudades da sua terra natal.

É possível verificar que o grosso da emigração para o Brasil, no período compreendido de 1886-1900, foi constituído na sua maioria por indivíduos ligados às tarefas agrícolas (agricultores, lavradores, jornaleiros), ou seja, pessoas ligadas ao sector primário.

Mas há também uma grande contribuição dos sectores secundário e terciário, nomeadamente, empregados no comércio, alfaiates, barbeiros, padeiros, entre outros.

Segue-se a quota-parte do secundário constituído por artífices.

Quanto às mulheres o seu maior desempenho foi como criadas, costureiras e amas.

Podemos dizer que o grosso da emigração no período referenciado era constituído, na sua maioria por pessoas de condição humilde. Mas também encontramos pedidos de passaporte de pessoas abastadas, nomeadamente proprietários e comerciantes.

Conhecendo o processo histórico português da segunda metade do século XIX que, ao longo da nossa síntese, procurámos apresentar, fácil se torna entender que o movimento migratório aqui traduzido se explica pela existência de uma governação incapaz de gerir uma grande crise sócio-económica então vivida, na qual tem particular destaque a falta de emprego. A industrialização portuguesa não acompanhava o desenvolvimento que fora desencadeado pela rede de transportes. Contudo, a emigração foi considerada como **flagelo social**, devido à intensificação da saída de mão de obra rural, o que se traduzia num agravamento da situação dos empresários agrícolas. A maioria desses emigrantes optou pelo Brasil, não só devido à tradição dos séculos anteriores que, no imaginário português, identificava esse território como a terra do ouro e das riquezas fáceis, mas também pelo facto de nele se falar a mesma língua. Por tudo isso, os “engajadores” encontraram em Portugal terreno propício ao recrutamento de grande número de trabalhadores que, das províncias do Norte ao Sul, passando pelas Beiras, buscaram no continente sul-americano a sua sorte.

Tivemos a intenção de dar a conhecer algumas linhas de força sobre a Emigração para o Brasil nos finais do século XIX, com esperança de que as mesmas possam vir a despertar interesse para futuros trabalhos recorrendo às fontes primárias.

Em jeito de constatação terminaremos afirmando que, ao contrário do que acontecia na época que estudámos, Portugal é hoje um país de acolhimento para muitos brasileiros que procuram aqui trabalho. Muitos deles visam também a dupla nacionalidade, justificando a sua pretensão numa ascendência que remonta aos nossos emigrantes do século XIX. Assim se faz a História. Nos encontramos identificados num processo histórico comum.

Portuguese emigration to Brazil in the late nineteenth century

Abstract

The declaration of independence of Brazil, in 1822, did not constitute a rupture with Portugal. The presence of the Portuguese court in Rio de Janeiro from 1807 to 1821 determined that many Portuguese established themselves there. This process of gradual installation of the families created some kind of fascination for the Brazilian land. Thus, to the long of the XIX century the embarkments for that land, almost always had been in search of fortune. In our work we will follow, through the analysis of the emitted passports of the lists of passengers and the correspondence of this movement from Brazil. From there it will elapse a social, economic, politic analysis, and also cultural of the two communities.

Keywords: Brazil; Emigration; Portugal; Nineteenth century.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Arquivo Distrital de Lisboa**. Cartório Notarial da Ericeira, Livro de Notas, n. 116, 4/10/1887, p. 43-45v.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Arquivo Distrital de Lisboa**. Cartório Notarial da Ericeira, Livro de Notas, n. 120, 22/12/1890, p. 8v-9v.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Correio da Tarde**, Petropolis, 10 fev. 1896.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 21, [ant. a] 16/11/1891.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 20, 19/12/1890.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 21, 16/11/1891.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 24, 22/6/1892.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa**. Requerimentos de Passaportes, Cx. 25, 23/8/1892.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa.** Requerimentos de Passaportes, Cx. 39, 9/8/1894.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa.** Requerimentos de Passaportes, Cx. 36, 6/11/1894.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa.** Requerimentos de Passaportes, Cx. 36, 24/11/1894.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa.** Requerimentos de Passaportes, Cx. 1, 03/02/1895.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa.** Requerimentos de Passaportes, Cx. 51, 20/7/1895.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa.** Requerimentos de Passaportes, Cx. 16, 9/11/1890.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Governo Civil de Lisboa.** Requerimentos de Passaportes, Cx. 77, 20/10/1899.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Ministério do Reino.** Auto de declaração de João Antunes Louro... Mç. 2724, 05/11/1896.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. **Ministério do Reino.** Cx. 5399, 24/11/1900.

GRANDE ENCICLOPÉDIA Portuguesa e Brasileira. Vol. 20. Lisboa; Rio de Janeiro: Enciclopédia, Limitada, 1996a. 1006 p.

GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vol. 21. Lisboa; Rio de Janeiro: Enciclopédia, Limitada, 1996b. 1006 p.

GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vol. 27. Lisboa; Rio de Janeiro: Enciclopédia, Limitada, 1996c. 928 p.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL. **Actas da Mesa**, lv. 10, p. 9v-10, 1886.

Fontes secundárias

ALVES, Jorge Fernandes. **Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista.** Porto: Gráficos Reunidos, 1994. 394 p.

ALVES, Jorge Fernandes. **Os Brasileiros da Emigração.** Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999.

BONILHA, José Fernando Martins. **A Contribuição Minhota no Contexto da Emigração Portuguesa para o Brasil.** Braga: Bracara Augusta, 1979.

CARVALHO, Augusto de. **O Brasil, Colonização e Emigração**. Porto: Typographia de B.H. de Moraes, 1875.

HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos – Questões Públicas**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1873.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editôra Brasiliense, 1957.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A guerra aos portugueses no Rio de Janeiro dos anos de 1890. **Revista Oceanos Portugueses no Brasil Independente**, Lisboa, n. 44, p. 68-84, 2000.

ROWLAND, Robert. Portugueses no Brasil independente: processos e representações. **Revista Oceanos Portugueses no Brasil Independente**, Lisboa, n. 44, p. 8-20, 2000.

RODRIGUES, Henrique. **Emigração e Alfabetização: o Alto-Minho e a miragem do Brasil**. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.

SARAIVA, José Hermano [Dir.], *História de Portugal*, Lisboa: Publicações Alfa, Vol. 3, 1987, p. 482.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930. **Revista Oceanos Portugueses no Brasil Independente**, Lisboa, n. 44, p. 126-142, 2000.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil 1850-1938**. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

Recebido em maio de 2015.
Aprovado em agosto de 2015.